

Educação e diferenças: desafios para uma escola intercultural

Education and differences: challenges for an intercultural school

Altemir Luiz Dalpiaz

Mestrando do Programa de Mestrado em Educação da
Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.
e-mail: altemir@dalpiaznet.com.br

BACKES, José Licínio... [et al.]. *Educação e diferenças*: desafios para uma escola intercultural. Campo Grande: UCDB, 2005.

O livro é constituído de quatro capítulos escritos por docentes (BACKES e VINHA) e discentes (BATISTA e MARQUES) ligados à linha de pesquisa: Diversidade Cultural e Educação Indígena, do mestrado em educação da UCDB. Os textos dos docentes são o resultado de suas teses de doutorado e os textos dos discentes de suas dissertações de mestrado.

No primeiro capítulo **Hall, Bhabha e Bauman: um campo teórico para compreender as negociações das identidades/diferenças**, o autor José Licínio Backes, mostra nos primeiros parágrafos explicitamente sua intenção com a produção do texto, “[...] para que os autores possam ser entendidos não só por meio de suas semelhanças, [...] mas também pelas diferenças, [...] porém sem a pretensão de acabar com suas especificidades (p. 22). Explicitando as análises de Stuart Hall, o autor sistematiza todo o processo em que Hall faz suas afirmações

no desenvolvimento de seu campo teórico. No início do texto é explicada a primeira virada teórica, que segundo o autor, os Estudos Culturais se desenvolveram como uma prática crítica do marxismo, sem que nunca houvesse um “[...]encaixe perfeito entre esses dois campos do saber” (p. 23). A segunda virada teórica dos Estudos Culturais, se deu pelo aparecimento do feminismo. Hall, segundo o autor, definiu como produtiva para os Estudos Culturais essa experiência, pois, as relações de poder mostram-se muito mais complexas do que se supunha até então. Houve com isso, a centralização de questões subjetivas, colocando o sujeito no centro da prática teórica e “mexeu” com o inconsciente da teoria social. Backes segue sua linha explicativa, explicitando a terceira virada, que tratou de um assunto não menos polêmico, os estudos da raça. O racismo e suas questões críticas, entraram, assim, na agenda dos estudos culturais.

Há no texto, duas frases que sintetizam a conceituação que podemos ter sobre cultura muito bem colocadas pelo autor. “[...] a cultura não é um epifenômeno, mas é constitutiva da vida social. É pela cultura que os homens e mulheres atribuem sentido ao mundo, às identidades, às diferenças. A cultura é uma prática de significação” (p. 26). A cultura, epistemologicamente é central, porque como o próprio autor afirma, recorrendo a Veiga-Neto (2003), ela atravessa tudo o que ocorre em nossas vidas.

O autor contemporiza ainda sobre o caminhar do pesquisador, sempre mantendo “[...] uma conexão entre os diferentes elementos que compõem uma pesquisa” (p. 37). Isso leva à constatação de que o assunto (Estudos Culturais) quanto mais se aprofunda, mais se abre contextualmente. Para o autor a articulação tem função primordial nos aspectos que tangem as questões culturais e econômicas e de estabelecer tendências dentro das relações sociais. Backes recorre a Hall para lembrar que “[...] não existe um ‘eu’ essencial, unitário – apenas o sujeito fragmentado e contraditório que me torno” (Hall, 2003, p. 40). Busca também em Veiga Neto (2002b) a explicação de que o conceito é tratado como algo mutável, e o que trata a dimensão humana como definitiva não é possível. Destaca ainda, recorrendo a Fischer (2002) que não existem sujeitos naturais, só sujeitos encarnados.

Ao final do texto, o autor cria um Pós – panótico epistemológico. Nele, Backes recomenda ao pesquisador tratar o assunto com “modéstia intelectual” sem pretender as verdades absolutas para encerrar assuntos tão complexos (p. 44). Recomen-

da ainda a transitoriedade de pensamentos acerca de um assunto que não é “fechado”, deixando aberta toda possibilidade de argumentação, pois sendo as culturas híbridas há sempre um processo de negociação entre questões étnicas/raciais, culturais, sexuais, de gênero e econômicas.

Enfim, José Licínio Backes se aprofundou nas articulações das idéias de Hall, Bhabha e Bauman, para trazer ao leitor, a compreensão das negociações das identidades/diferenças culturais. Como os autores estudados são fortes referenciais nos Estudos Culturais, foi possível a Backes, explanar o contexto no qual está inserido esse campo do saber. Isso colabora para o enriquecimento teórico do pesquisador, principalmente daqueles que se iniciam nesses estudos.

Como o saber se alarga ao ser estudado, Backes acaba por criar noções/articulações novas que vão caracterizando também, uma concepção própria sobre Estudos Culturais, sem, no entanto, abrir mão das teses centrais desse campo teórico.

No segundo capítulo *A Proposta Pedagógica e a Pluralidade Cultural na Escola – Um Estudo Comparativo Entre Uma Escola de Periferia e Uma Escola de Remanescentes de Quilombos*, a autora Eugênia Portela de Siqueira Marques apresenta os resultados obtidos na sua dissertação de mestrado, justificando assim sua pesquisa “[...] a opção por investigar o significado deste documento para a população negra deve-se ao **fato de que eu pertencço a** esse segmento populacional [...]” (p. 52; grifo do autor). A autora, analisou a proposta pedagógica de duas escolas que fundamentam a prática pedagógica, entrevistou professores

e equipe pedagógica e fez observações nas escolas para detectar a efetivação das concepções presentes na proposta pedagógica. Uma escola atende alunos de diferentes etnias e a outra, tem a maioria de alunos afro-descendente. Fazendo a análise das propostas pedagógicas da escola que atende a alunos de diversas etnias, seguidas pelos depoimentos de professores nas entrevistas, a autora constatou que “[...] os temas transversais são abordados de maneira fragmentada e inconsistente pelos professores das escolas, os quais reconhecem a importância deles, mas não realizam um trabalho integrado” (p. 66).

Ficou evidente nos depoimentos que a temática Pluralidade Cultural é mais enfatizada nas disciplinas de História, Geografia e Língua Portuguesa. Alguns professores, como o identificado pela sigla P7, demonstram conhecimento e compromisso para com o ensino da História dos negros. Por ser de descendência negra, a professora demonstrou sua preocupação em trabalhar com o assunto.

Quanto à análise das atividades realizadas, a cultura negra é celebrada em dias especificamente comemorativos. Os livros, por sua vez, debatem questões de racismo falando sobre negros e índios. Alguns trazem o negro como protagonista de algumas histórias. Para a autora “[...] é possível que uma proposta pedagógica assumida por todos possa orientar a comunidade escolar na operacionalização de uma prática pedagógica voltada para uma educação de qualidade, visando à formação do indivíduo solidário e emancipado” (p. 73).

Ainda de acordo com Marques na escola que atendia alunos na maioria negros, houve um cuidado por parte da secretaria de educação em preparar os professores e o corpo administrativo que lá trabalharia. Quanto aos alunos, Marques concluiu que os mesmos “[...] não sentem necessidade de discutir a sua identidade e auto-estima, por estarem, de certa forma, protegidos na comunidade e não terem que conviver com enfrentamentos, tendo em vista que são em sua maioria negros” (p. 77).

Nas considerações finais, a autora aponta para a necessidade de uma participação mais ampla de **todos** (Grifo nosso) os professores nos temas transversais. Para ela, o que ocorre nas escolas em relação ao preconceito e discriminação não é diferente do que ocorre na sociedade em geral. Além do preconceito étnico, há também atitudes preconceituosas contra todos os grupos que não se enquadram do lado requerido pela cultura dominante. Na última linha escrita do texto, fica manifestada sua vontade de ver o outro como diferente, nunca como desigual.

Destaco que o texto de Eugênia Portela de Siqueira Marques provoca muitas inquietações provenientes das confirmações de fatos estudados. A realidade do que se propõe e o que de fato ocorre em duas escolas com alunos distintos – em termos étnicos – colabora de forma positiva para as discussões nos Estudos Culturais. Com certeza a pesquisa contribui para que negros e não negros, pobres e ricos, dominados ou dominantes, olhem-se e entendam as diferenças.

No terceiro capítulo *O Desafio de Construir um Currículo Diferenciado Frente*

a Multiplicidade do Cotidiano Escolar Indígena: Uma Experiência na Escola Te' Ykué – a autora Terezinha Aparecida da Silva Batista apresenta parte da sua dissertação de mestrado. O texto inicia comentando que o fracasso escolar e a discriminação social e cultural desses povos (Kaiowa e Guarani) no entorno sócio-demográfico de Caarapó, levou a desenvolver uma experiência educacional na escola da aldeia. Essa experiência foi desenvolvida e apoiada pela leitura de textos de autores envolvidos com a questão, por entrevistas com professores e observações em sala de aula.

A escola funciona em dois períodos e atende alunos da Pré-escola à 8ª série. Conforme relato da autora “No currículo dessa nova escola, a língua guarani é falada por professores e alunos em meio a sorrisos, [...] Nesse espaço, a Língua Portuguesa serve para a comunicação com os não-índios” (p. 103). Existe o interesse em preparar os alunos para a própria cultura e não para o mundo exterior.

Segundo a autora, os alunos da primeira série são os que demonstram maior alegria durante as aulas, levantam-se a todo instante de suas carteiras, vez ou outra subitamente rolam pelo chão, praticando cambalhotas, retiram-se do local, vão ao banheiro e voltam com os cabelos molhados deixando os respingos molharem o corpo e as roupas. As consultas aos colegas próximos, na sala, são constantes. Diante de todos esses fatos o professor mantém sua postura de pouca intervenção. Não exige silêncio ou imobilidade de alunos em suas carteiras.

O processo ensino/aprendizagem dos índios se dá muito mais pela oralidade do que pela escrita, daí as dificuldades evidenciadas a partir da segunda série, quando são ministrados os ensinamentos da Língua portuguesa. Nesse momento passa a existir um clima pesado em sala de aula. Os alunos não conseguem escrever em português.

O artigo de Terezinha Batista é carregado de emoção. É interessante como a razão da ciência, pode provocar a emoção em quem observa o objeto e o sujeito. Percebe-se que a autora se interessou em descrever com detalhes mais sobre a primeira série. Penso que essa preferência, justificase pela possibilidade de que talvez, ali naquela série, as aulas sejam mais dinâmicas e identificadas com os alunos e sua cultura. Parece ser uma aula mais alegre. Os professores sentem prazer em relatar nas suas histórias de vidas, o divisor de águas que foi o curso Ára Verá. As crianças mostram riqueza criativa em seus desenhos, e, fica para a autora a dúvida, se os professores indígenas estão capacitados para lecionarem língua portuguesa aos índios, dadas às dificuldades de os mesmos escreverem.

Penso que poderíamos aprender com esta escola, sobretudo aprender que o aprendizado pode se dar sem tirar das crianças a alegria para aprender, e sem tirar do professor a motivação para ensinar.

No quarto capítulo ***Reflexões Sobre o Homo Ludens Kadiwéu*** a autora Marina Vinha apresenta ao leitor, o jogo na cultura Kadiwéu. Baseada em Elias (1994), Vinha faz as distinções entre jogo tradicional e esporte. Os jogos tradicionais

estão em um nível comunitário “nós” local enquanto que o esporte volta-se para o contato “nós” da sociedade. No entanto, ambos são elementos da cultura corporal.

Vinha justifica assim a relevância do estudo: “[...] disponibilizar o acervo de jogos como suporte para a educação escolar [...]” (p. 151) e dessa forma, dar o significado da Educação Física e do Esporte na Educação Escolar Indígena.

O texto relata a origem do povo Kadiwéu, como remanescente no Brasil do tronco Mbayá, da região chaquenha, no Chaco Paraguai e Argentino. Perambularam (trek) até se estabelecerem no Pantanal Sul Mato-grossense (LEA, 1997). Continua o texto fazendo um histórico sobre a hierarquia, organização social, estrutura social, crenças e outras manifestações.

A autora prossegue em seu texto, por meio de extenso referencial teórico, situando o leitor no tempo histórico e simultaneamente promovendo o entendimento da etnia Kadiwéu. Cita que o *Homo ludens* Kadiwéu foi estudado em 1938 por Huizinga, antropólogo. *Ludus* vem de *luder*, cuja etimologia reside na esfera da ‘não seriedade’ e, particularmente, da ‘ilusão’ (p. 161).

Na seqüência, Vinha escreve que Renson (1997) cria a expressão “ludodiversidade” que equivale à biodiversidade. Transcreve que na opinião de Renson, os termos se equivalem etimologicamente pois, ambos estão ameaçados. Um representa o planeta (BIO) e o outro as diferenças sócio-culturais (LUDO).

A autora também explica, o que é jogo para o CONFEF – Conselho Federal de Educação Física. Jogo é entendido como atividade física, jogo popular para as sociedades ocidentais e jogo tradicional para as sociedades indígenas (p. 162). Para Vinha, o jogo tradicional para os índios requer preparação física. Diferente de antigamente, quando o jogo era cercado predominantemente por mitologias.

O artigo de Marina Vinhas, é riquíssimo na bibliografia sobre o assunto, o que torna o estudo muito fundamentado. Essa busca de autores que vão construindo o texto, dão subsídios detalhados da história dos Kadiwéu, usando o jogo como pano de fundo. O leitor terá em um texto a possibilidade de obter alguns conhecimentos desse povo: sua história antropológica e os jogos por eles praticados. O leitor mais atento, se situará melhor na compreensão dos jogos atuais e do esporte, e como isso tem relação com outras marcas do homem.

Também o entendimento de questões que levam o homem a atos de violência, estão contemplados no texto, portanto, útil a pesquisadores e todos que buscam explicações para nossos fenômenos contemporâneos.

O livro com os quatro capítulos, enriquece enormemente o debate na Linha 3 do Mestrado em Educação da UCDB. Acredito que também colabora para que outras linhas de pesquisas entendam melhor as diferenças e suas fronteiras, os negros, os índios, e a escola, além de penetrarem no campo da diversidade.

Recebido em 01 de julho de 2005.

Aprovado para publicação em 29 de julho de 2005.